

Questões de Desenvolvimento a Propósito das Normas Portuguesas do Rorschach para Crianças

Questions of Development concerning the Portuguese Norms of the Rorschach for Infants

DANILO R. SILVA E ANA MÓNICA DIAS¹

RESUMO

Após uma introdução, onde se chama a atenção para a importância do estabelecimento de dados normativos do Rorschach e para a estandardização do seu modo de aplicação, os autores detêm-se numa discussão sobre o uso exclusivo da Tabela A de Qualidade Formal do Sistema Integrativo do Rorschach (SIR), como instrumento de cotação daquele determinante. Apontam ainda o caso de, com respeito ao estudo que os ocupa das normas para crianças dos 6 aos 10 anos, o uso daquela Tabela indicar dois aspectos principais: (1) o facto esperado de não contemplar diversas respostas dos nossos protocolos; (2) o facto de ignorar não só a mudança na frequência de algumas delas, passando umas de raras para comuns ou vice-versa, mas também o facto de outras, consideradas comuns no período juvenil, passarem a más formas em períodos etários mais avançados, aspectos estes compatíveis com o desenvolvimento perceptivo e global dominante neste período. A dimensão desenvolvimental está bem presente no facto, também apontado pelos autores, de, entre as respostas Populares encontradas neste estudo, se contarem duas que deixam de o ser num período posterior. Este dado suscita aos autores a observação de que o uso generalizado de uma só lista de Populares para todos os níveis etários pode empobrecer a informação e o potencial interpretativo da mesma.

1. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Este estudo foi subvencionado, no âmbito do Projecto 2, Avaliação da Personalidade, do Centro de Psicometria e Psicologia da Educação da F. C. T., Universidade de Lisboa.

ABSTRACT

In the sequence of an introduction where attention is called to the importance of the definition of Rorschach normative data and to the standardization of its administration procedure, authors discuss the exclusive use of the Comprehensive System Form Quality Table as an instrument to score this determinant. Concerning their study of Rorschach norms for children with ages between 6 and 10 years, they also point out two main aspects related with the use of that Table: (1) the presumed fact of not including several responses of Portuguese children protocols; (2) the fact of ignoring not only the change of frequency of some of them, which being rare become common and vice versa, but also the case of other responses that being common during childhood become bad forms in more advanced age periods. These aspects are actually compatible with both the global and the perceptive development dominant in this age period. Another developmental datum the authors put forward is the finding of two popular responses that, being absent of the current lists, disappear later on. This datum let the authors comment about the impoverishment of the information and interpretive potential of a single Popular list for all age levels.

INTRODUÇÃO

Não temos dúvidas em considerar que o Sistema Integrativo do Rorschach (SIR) de Exner e colaboradores representou, nos finais da década de sessenta e ao longo das que se seguiram, um empreendimento notável que conferiu àquele instrumento de avaliação da personalidade um estatuto científico que até então lhe fora recusado e que, por essa razão, se arriscava a ser eliminado da lista dos geralmente conhecidos e usados, como facilmente se poderá reconhecer pela literatura da época (Silva, 1980) Foi sobretudo a adopção de condições metodológicas rigorosas que permitiu, finalmente, a publicação de dados normativos a partir de uma amostra representativa

de não pacientes (Exner, 1974, 1986, 1993, 2003), acompanhados dos respectivos estudos de precisão e de validade, que fizeram do Rorschach o instrumento de avaliação dotado dos requisitos psicométricos exigidos, tal como acontece com o MMPI (ver, por exemplo, as duas secções editadas por Gregory J. Meyer sobre *The Utility of the Rorschach in Clinical Assessment* publicados em *Psychological Assessment*, nos anos de 1999 e 2001) e outros questionários ou inventários de personalidade.

Com efeito, se olharmos para os diversos sistemas ou escolas do Rorschach existentes antes do SIR, nos U. S. A., os dados normativos existentes, se é que os podemos designar assim, tais as percentagens de boas e más formas, de respostas de

conteúdo Humano ou Animal, número de respostas Populares ou outros, eram apontados sem que se indicasse a sua proveniência ou modo como foram alcançados. Entre todos os sistematizadores norte-americanos, Beck foi aquele que mais se deteve no estabelecimento de dados normativos. No entanto, as amostras de que partiu para os definir não eram amostras representativas. Assim, referindo-se às médias de adultos sem queixa que apresenta para as diferentes variáveis do Rorschach, escreve: “Os valores obtidos para os adultos provêm de uma amostra de 157 sujeitos representativa de uma população de americanos da classe média urbana (Chicago)” (Beck, 1967, p. 269). Sabemos, por exemplo, que as respostas ditas *Banais*, reconhecidas pela Escola Francesa, foram estabelecidas em reunião de um grupo de estudiosos e utilizadores do Rorschach daquele país, grupo esse que poderia muito bem estar sediado em Paris. Até há poucos anos, essa era a lista de Populares adoptada pela Escola Francesa, mesmo em países como Portugal, onde já foram empreendidos pelo menos dois estudos sobre respostas Populares, de acordo com os critérios propostos por aquela escola, da autoria de I. Fernandes (1976/77), e A. Pires (1987, pp. 166-171).

Até ao aparecimento do SIR, desconheciam-se os dados normativos de uma amostra de não-pacientes, aspecto que, desde logo, constituía uma

falta dificilmente justificável. Nestas circunstâncias, compreende-se que a utilização do Rorschach tenha assumido condições que levaram e continuam a levar, em alguns casos e meios, ao descrédito total, como é do conhecimento geral. Por outro lado, a omissão de dados normativos com uma amostra de não-pacientes determinou que o Rorschach estivesse voltado quase exclusivamente para o diagnóstico patológico o que implicou a tendência para a patologização de grande número de respostas que, eventualmente, não o seriam. Acresce que, se admitirmos a hipótese da continuidade entre o “normal” e o patológico, a omissão de dados normativos não pode deixar de ser reconhecida como iniludível e, como tal, constituir um grave erro metodológico. Hoje, existem instrumentos de avaliação da personalidade cujos dados normativos se baseiam tão só em amostras de pacientes, como é o caso do Inventário Clínico Multiaxial de Millon. Este é, no entanto, um instrumento de características bem diferentes do Rorschach e que, sobretudo, se propõe esse objectivo, na linha da publicação das várias edições de DSM cujo eixo II, Perturbações da Personalidade, foi por Millon introduzido na edição do DSM III. O Rorschach, como instrumento de avaliação da personalidade, não tem aquelas características e mantém o objectivo holístico de considerar a globalidade da personalidade e não

apenas determinados aspectos de ordem patológica.

É certo que, na apresentação do Rorschach, os autores referem unanimemente que o seu uso requer do utilizador o domínio de uma teoria da personalidade e conhecimentos seguros de psicopatologia. O primeiro requisito justifica-se pelo facto de a personalidade ser um construto vasto, abstracto e complexo, objecto de diversas teorias que a abordam segundo paradigmas conceptuais diferentes cujo conhecimento é fundamental para a formulação de juízos e tomadas de decisão no âmbito avaliativo. O segundo requisito relaciona-se com o campo dominante de aplicação, o das dificuldades e perturbações mentais e da personalidade, campo que se encontra hoje consideravelmente alargado.

De facto, o Rorschach requer o conhecimento e o domínio de uma teoria da personalidade e da psicopatologia do adulto, do adolescente ou da criança, mas requer, antes de mais, o seu conhecimento e o seu domínio, enquanto instrumento de avaliação. Um tal conhecimento é, hoje, necessariamente truncado e incompleto, se ignorar toda a investigação efectuada em que assenta o SIR, investigação que não terminou e se mantém amplamente aberta. Existem novos dados que estabelecem condições básicas para uma aplicação correcta do Rorschach que todo o utilizador, de qualquer escola, deve conhecer e adoptar, porque derivadas de estudos

assentes em investigação rigorosa.

Como qualquer instrumento de avaliação psicológica, o Rorschach exige um modo de aplicação padronizada que, nessa condição, não tolera grandes variações. Os psicólogos que estudaram avaliação psicológica conhecem bem o que significa e qual o alcance do carácter padronizado dos modos de aplicação de qualquer instrumento psicológico. Conhecem igualmente qual o significado e alcance dos dados que se recolhem mediante aquela aplicação. Se se pretende avaliar o nível intelectual de uma pessoa, mediante o uso de um teste de factor *G*, não é correcto solicitar ao indivíduo que responda apenas aos itens com número ímpar, e tomar o resultado final como um resultado válido do nível intelectual do indivíduo, mesmo que o examinador venha a multiplicar esse resultado por dois. Do ponto de vista da precisão e da validade do instrumento, não é indiferente que ele seja constituído por 20, 36 ou 45 itens. O número de itens definitivo de um instrumento depende de múltiplos factores, não é alguma coisa que possa ser estabelecido à partida (ver Moreira, 2004, pp. 214-217).

No que respeita ao Rorschach, as coisas não se passam de maneira diferente. As mesmas condições padronizadas de aplicação e exigências inerentes estão presentes. Existem instruções e modos de aplicação que devem ser rigorosamente observados. Por que razão? Porque, em primeiro

lugar, importa que as respostas do examinando sejam realmente representativas do seu comportamento habitual e dadas nas melhores condições possíveis de funcionamento. Depois, porque, desse modo, os utilizadores podem dialogar, trocar informações e conferir entre si dados e resultados obtidos, seguros de que assentam numa metodologia comum e correcta. Alguns utilizadores do Rorschach não reconhecem a importância destas condições e vêem nas preocupações com a padronização de todo o processo de aplicação, codificação e análise das respostas ao Rorschach, uma intrusão excessiva da psicometria ou teoria da medida psicológica num instrumento que tem como característica eminente o ser clínico, isto é, dedicado ao estudo do indivíduo. Pretendem que o Rorschach escapa às exigências de padronização e vêem nelas uma perda, uma redução das potencialidades do mesmo. Nesta perspectiva, não temos grandes hesitações em reconhecer que a repetida afirmação da falta de validade do Rorschach, como instrumento de avaliação, se origina fundamentalmente nos seus utilizadores.

Sem querer entrar neste campo amplamente controverso, consideramos, no entanto, que certas condições devem ser rigorosamente observadas, se quisermos que o nosso trabalho seja qualificado e consistente e não apenas fruto de opinião, estado ou circunstância em que se encontra o

utilizador no momento. Facilmente se reconhecerá que este último estado de coisas será bastante nocivo ao juízo clínico. Tais condições incluem a técnica de aplicação, o conhecimento e treino da codificação e a referência a dados normativos que permitam estimar ou valorar correctamente os dados recolhidos, por comparação com os da amostra adequada.

No estabelecimentos das normas do Rorschach para crianças

O texto que aqui apresentamos origina-se no da comunicação apresentada em Barcelona, em Julho de 2005, no XVIII Congresso Internacional de Rorschach e outros Métodos Projectivos. Ele resulta do trabalho iniciado que levará ao estabelecimento dos dados normativos do Rorschach para crianças portuguesas dos 6 aos 10 anos.

Como já se indicou, a definição de dados normativos a partir de uma amostra representativa de indivíduos sem queixa constitui um passo metodológico crucial. No intuito de lograr um instrumento que lhe permitisse a máxima correcção na codificação da Qualidade Formal (*QF*) das respostas, Exner elaborou uma Tabela da Qualidade Formal que, na sua última revisão se baseia em 9.500 protocolos que produzem 205.701 respostas, dadas por adultos sem queixa, pacientes externos e pacientes internos não esquizofrénicos (Exner, 2003, pp.

122). Trata-se de um número muito grande de respostas, tão grande que, praticamente, abrange todas as respostas possíveis dotadas de boa Qualidade Formal (*o*), pois, como comentava Exner num dos seus *workshops* em Madrid, para acrescentar uma nova resposta cotada *o* àquela Tabela, seria necessário conseguir mais de dois milhares de novos protocolos. Esta operação, que nunca ninguém tinha empreendido, permitia-lhe afirmar com consistência, como já o fez numa conferência que proferiu em Lisboa, na sua primeira estada nesta cidade em 1992, que, na realidade e pragmaticamente, apenas em teoria o número de respostas possível ao Rorschach é infinito. Pode ir-se mesmo mais longe e reconhecer, dum ponto de vista perceptivo, nesse resultado, um análogo do que, nos testes de aptidão, constituem as respostas certas e erradas. Pode também considerar-se tal dado como um trunfo para a sua asserção de que o Rorschach é menos projectivo do que habitualmente se considera. Não deve, no entanto, perder-se de vista que esta Tabela constitui apenas o instrumento de cotação da *QF*. Digamos que ela assume a função de uma super-tabela que, contendo, por assim dizer, todas as respostas possíveis ao Rorschach dotadas de dimensão formal, permite a respectiva cotação e pode ser usada universalmente.

Salvaguardados o valor e a importância deste instrumento de cotação da Qualidade Formal das respostas, o

seu uso extensivo requerido pelo nosso estudo levou-nos ao reconhecimento de uma eventual limitação da sua exclusividade na cotação dos nossos protocolos. Com efeito, tratando-se de protocolos de crianças, onde um aspecto determinante, como já se referiu, é o desenvolvimental, confrontamo-nos com dados que não podem ser contemplados mediante o uso único da Tabela de *QF* que, como já se notou, não contém respostas de protocolos de crianças. Não se trata apenas da ocorrência de algumas respostas que não figuram ali, mas também de respostas que recebem uma cotação diferente da indicada, como se verá mais adiante. Sabemos que Exner tende a considerar como universalmente adequados os dados normativos por si estabelecidos, admitindo, no entanto, algumas alterações pontuais. Vejamos como ele mesmo se exprime: “Estes dados poderiam levar algumas pessoas a sustentar que os dados normativos do teste devem ser estabelecidos por país ou por língua ou mesmo por cultura. Uma tal ideia não é provavelmente muito realista a menos que se disponha de amostras bastante grandes. Em lugar disso, parece mais razoável sugerir que os itens na Tabela da Qualidade Formal sejam revistos quanto à frequência. Por outras palavras, se uma resposta não presente na Tabela ocorrer frequentemente em determinado país ou cultura, a cotação da qualidade formal para essa resposta deverá Tabela ser

corrigida em consonância. (...) Este é um procedimento muito diferente do implicado ao tentar-se estabelecer dados normativos separados” (Exner, Weiner, 1995, p. 50).

Porque, no nosso estudo, a dimensão desenvolvimental é primordial, preferimos partir dos dados recolhidos a partir dos nossos protocolos e, observando a metodologia e os critérios de normatização propostos por Exner, chegar ao estabelecimento dos dados normativos para as crianças portuguesas. Só a partir de então, se poderá decidir em que medida tais dados se justificam ou não. Com efeito, do ponto de vista meramente normativo, é bem provável que a diferença nos valores das percentagens de boas e más formas não sejam muito diferentes, quando se usa a Tabela de *QF* ou a Tabela Portuguesa na codificação dos protocolos. Consideramos, no entanto, importante não apenas conhecer qual a dimensão da diferença, mas também destacar aspectos de natureza desenvolvimental, dotados de eventual importância interpretativa.

Esta foi uma das dificuldades com que deparámos no nosso trabalho, pois, ao contrário do que tem sido feito em outros países, quisemos começar por construir a Tabela de Qualidade Formal para as crianças portuguesas, para com ela se proceder, então, à cotação das respectivas respostas. O nosso procedimento consistiu em partir da Tabela de *QF* do SIR, que nos ajudou sobretudo na

cotação dos níveis *QFu* e *QF*, pois um grande número de repostas dos nossos protocolos ali se encontrava. Quanto às respostas *o* limitámo-nos a observar o critério frequência de 2%. Sempre que uma resposta cotada *o*, na Tabela de *QF* de Exner, não atingia, na nossa amostra, aquela percentagem, era cotada *u*. Aqui, se iniciam as disparidades, pois algumas das respostas que, na Tabela de *QF* do SIR, são cotadas *o* serão cotadas *u*, para as crianças portuguesas, e o contrário também tem lugar. Acresce que um número apreciável de respostas dadas pelas crianças portuguesas não figura naquela Tabela e também que algumas respostas ali cotadas *QF* são cotadas *o* na amostra portuguesa, por força do critério de frequência adoptado.

São estes aspectos, que relevam, antes de mais, da perspectiva desenvolvimental, que nos induzem a sublinhar a cautela que deve merecer o uso da Tabela de *QF* do SIR, no estabelecimento de dados normativos para as crianças portuguesas ou de outro país. Este aspecto diferenciador não foi tomado em conta pelos autores, entre os quais Samuel Beck que escreve a propósito: “Uma palavra ainda sobre a utilização, nas crianças, desta lista normativa devida principalmente ao Rorschach de adultos. Com efeito, a percepção que uma criança tem da realidade não é a mesma que a de um adulto. Seria, no entanto, não apenas supérfluo mas difícil de estabelecer critérios separados para cotar

os protocolos de crianças. É mais simples e também válido do ponto de vista científico usar uma única norma para todos os indivíduos e calcular o $F+\%$ normal segundo os diferentes grupos etários. A experiência mostrou, por exemplo, que o adulto normal obtém um $F+\%$ entre 75 e 85 e que a criança, com as mesmas normas, desce para 50-70%” (Beck, p174). Face a esta posição, importa-nos salientar que um tal procedimento não permite assinalar certos aspectos genuinamente desenvolvimentais, como a possibilidade de uma resposta ser considerada de boa forma na criança e deixar de o ser no adolescente ou no adulto, eventuais respostas caracteristicamente infantis ou reveladoras de imaturidade ou, enfim, o valor autêntico da Qualidade Formal do Rorschach na criança, sem passar pelo normativo estabelecido para o adulto.

A amostra cujos dados se apresentam é constituída por 410 crianças portuguesas de ambos os sexos, com

idades dos 6 aos 10 anos, a frequentarem escolas públicas e, em pequeno número, escolas privadas, quase inteiramente em Lisboa. O Quadro 1 apresenta alguns elementos relativos à caracterização da amostra, aspecto que não nos mereceu, neste contexto, particular atenção, dado o tipo de questões em que nos iremos centrar.

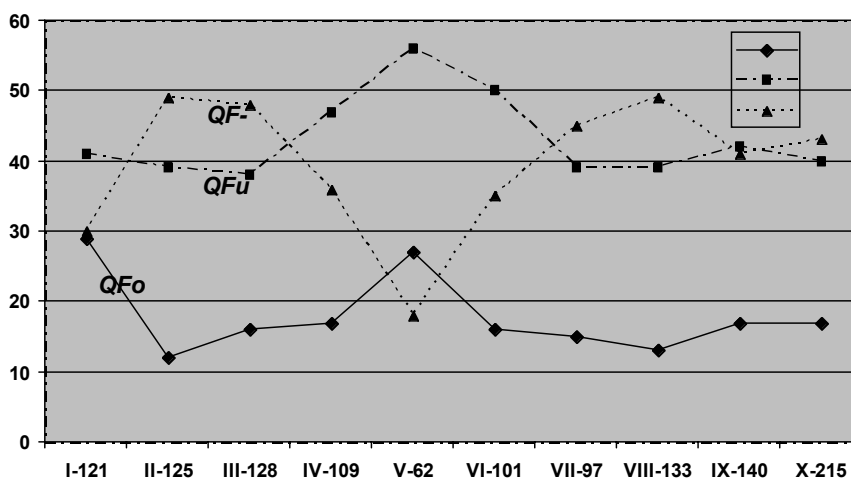
De posse de uma tabela da qualidade formal das respostas ao Rorschach dadas pelas crianças portuguesas, e pretendendo formular juízos avaliativos, comparativos ou outros acerca dos dados obtidos, verificámos que não dispúnhamos, na Europa, de nenhum termo directo de comparação, pois, tanto quanto conhecemos, não existe ainda uma tal tabela.

Começamos por apresentar um gráfico dos três níveis de Qualidade Formal, FQo , FQu e $FQ-$, expressos em percentagens aproximadas e relativos à frequência com que ocorrem em cada Cartão, nas três modalidades de localização, W , D e Dd (Figura 1).

Quadro 1. Amostra de Crianças Portuguesas

Idade	Masculino	Feminino	Total
6 anos	41	51	92
7 anos	42	37	79
8 anos	42	43	85
9 anos	36	44	80
10 anos	40	34	74
Total	201	209	410

Figura 1. Gráfico das percentagens aproximadas do número de entradas, em cada cartão do Rorschach, codificadas com Qualidade Formal *o*, *u* e *-*, na amostra total de crianças portuguesas de ambos os sexos dos 6 aos 10 anos de idade.



A sua leitura revela, como é conhecido, que o número de entradas ou itens codificados *QFo*, em cada Cartão, é geralmente mais baixo do que o dos outros dois níveis. A única exceção ocorre no Cartão V, onde o número de itens codificados *QF-* tem uma percentagem inferior. Registe-se que apenas nos Cartões I e V o número de entradas de *QFo* ultrapassa os 20%, o que significa que o maior número de crianças tende a perceber a realidade de forma consensual, não muito dispersa, como acontece, comparativamente, com os modos *QFu* e *QF-*. Este aspecto reforça o que acima se observou acerca da analogia com as respostas certas e erradas dos testes de aptidão, pois, como o enfatizou muito

bem Exner, os estímulos do Rorschach, embora pouco estruturados, guardam um grau de estrutura que permite distinguir as respostas que são distorções perceptivas (percepções erróneas) das compatíveis com as exigências do estímulo isto é, as respostas de boa forma, que se podem considerar perceptivamente correctas (Exner, 2003, pp.364-365).

Por sua vez, as percentagens de itens cotados *QFu* tendem a situar-se acima dos 40% ou muito perto desta percentagem, oscilando os seus valores entre 38 e 56%, como o mostra a Figura 1. É em três dos Cartões mais fechados, IV, V e VI, que estas percentagens se apresentam mais altas.

As entradas ou itens cotados *QF-*

são mais numerosas nos Cartões abertos, com percentagens acima dos 40%, e diminuem aquém daquele valor nos Cartões fechados, I, IV, V e VI. Note-se que, como se referiu, é nos Cartões abertos, aqueles onde também está presente a cor, que são mais frequentes os itens de *QF*. Não deixa de ser pertinente interrogarmos sobre uma eventual ligação entre a presença da cor e a ocorrência de respostas de *QF*.

A este propósito, observe-se que assim como é certo que a cor não tem efeito no aumento do número de respostas, nas crianças, ao contrário do que ocorre nos adultos (Silva, 2002), existem igualmente indicadores fortes de que ela concorre para a sua diminuição. Um deles é proporcionado pela redução do valor do Quociente Afetivo (*Afr*), entre os 5 e os 11 anos, em conformidade com os dados normativos de Exner e Weiner (1995, pp.52-67); outro deriva de estudos ainda não publicados, mas que já foram objecto de apresentação em público (Silva e Marques, 2003), os quais mostram que a cor tem um efeito redutor progressivo na produção de respostas, entre os seis e os onze anos. Com efeito, aos 11 anos, verifica-se que reproduções acromáticas dos cartões cromáticos suscitam médias de respostas significativamente mais altas do que os originais cromáticos. Poderá perguntar-se, pois, se, para além de levar a uma redução do número de respostas, a cor não dará

também lugar a uma menor qualidade formal das mesmas, neste período etário. Trata-se de uma questão interessante a investigar.

Finalmente e no que toca à Qualidade Formal menos, registre-se que, em apenas um dos Cartões acromáticos, o Cartão VII, um Cartão que não integra nem o grupo dos Cartões fechados nem o dos abertos, encontramos uma percentagem elevada de *F*, 45%.

Consideramos que os dados constantes da Figura 1 devem ser objecto de reflexão. A sua comparação com os de amostras, quer de adolescentes, quer de adultos, pode ser reveladora, numa perspectiva desenvolvimental. Considere-se o seguinte exemplo: as percentagens de entradas codificadas *QF*-, na Tabela de *QF* (Exner, 2001, 107-167), são, nos Cartões I, II, IV, VII e IX, respectivamente de 54%, 38%, 42%, 21% e 34%. No presente estudo, elas são de 30%, 49%, 36%, 45% e 41%. Sendo as primeiras respeitantes a uma amostra de adultos, não seria importante considerar a razão das mudanças, numa amostra de crianças, de 30% para 54%, no Cartão I, de 49% para 38%, no Cartão II, de 45% para 21%, no Cartão VII, ou de 41% para 34% no Cartão IX? O que significam tais mudanças? O que nos trazem de novo? Chamamos a atenção para a dimensão desenvolvimental que poderá estar presente nestes dados. É certo que se pode alegar, com Beck antes citado, que estes dados confirmam a evolução da função perceptiva com a

idade e que isso se traduzirá pelo cálculo das respectivas percentagens ou razões. Mas não será importante saber, por exemplo, que os adultos apresentam uma percentagem de entradas *F* manifestamente superior às crianças no Cartão I e que, ao contrário, estas últimas cometem muito mais erros perceptivos do que os adultos ao responderem ao Cartão II ou VII? Pensamos que alguns dos dados aqui apresentados justificam-se por si mesmos, pelo significado e importância interpretativa que podem assumir, pelo próprio relevo que podem emprestar à influência do cartão (*card pull*), aspectos estes que, de outro modo, seriam obnubilados pelos meras percentagens globais de boa ou má forma.

Nesta perspectiva, apresentamos alguns exemplos de respostas que, vistas na posição correcta do Cartão, sendo codificadas *QF*- ou não figurando na Tabela de *QF* (Exner, 2001), atingem na nossa amostra o critério de *QFo*:

- I, W, Cara humana
- I, W, Monstro alado
- I, D4, Aranha
- II, D6, Pássaro
- III, D7, Cabeça humana
- III, D7, Cabeça de animal
- IX, D3, Animal (sem antenas ou cornos)
- IX, D6, Animais(2)
- X, D2, Figura humana ou de tipo humano, Olho, Pássaro, Peixe
- X, D7, Rã, etc., etc.

Um outro aspecto, ligado ao da Qualidade Formal das respostas, pren-

de-se com as respostas Populares. No nosso estudo, o número de respostas populares é de dez, menor, portanto, do que o de 13, constante do *Handbook* (Exner, 2001, p.58). Mas o que mais nos importa, na nossa perspectiva desenvolvimental, é que duas destas respostas Populares não constam da lista do *Handbook*, nem da lista de Populares da amostra normativa de adultos portugueses. São elas a resposta “Laço”, dada em D3 do Cartão III, e a resposta indicada na Tabela de *QF*, Cartão VI, em W, a entrada ali codificada em FQu e designada de “Animal (Na sua forma natural, canino ou felino como gato, cão, lince, tigre, lobo, etc.)” (Exner, 2001, p. 137). Mesmo excluindo desta lista o lince, o tigre e o etc., apenas as entradas de cão, gato, lobo e raposa, todas codificadas *QFo*, são suficientes para perfazer uma frequência que ultrapassa o terço da amostra.

O que importa aqui realçar é o facto de estas respostas populares o serem no período etário estudado e deixarem de o ser na população adulta. Tal facto não só lhes confere um significado e uma importância desenvolvimental inegável, como também permite pensar que seja possível identificar outras respostas menos frequentes mas igualmente dotadas daquele significado, entre os milhares registadas. Esta afigura-se-nos ser uma perspectiva legítima e profícua, dotada de potencial heurístico, pois possibilita a identificação de novas

respostas dotadas de valor interpretativo. Esta ideia não tem em conta apenas as entradas codificadas *FQo* mas também as *FQ-*. Não será correcto pensar que, dum ponto de vista de análise e interpretação de um protocolo de adulto, o facto de nesse protocolo ocorrerem as respostas “Laço” e “Gato” passa a assumir um significado que não lhe era reconhecido até este momento? Constitui, sem dúvida, mais um elemento de avaliação.

Deste ponto de vista, aponta-se de novo a necessidade de cautela na adopção pura e simples da lista de respostas Populares proposta por Exner, pois, como se mostrou, uma tal conduta ignora dados que nos parecem bastante importantes. Na sequência dos dados encontrados, podemos perguntar se as crianças americanas, com idades idênticas às

por nós estudadas, não terão respostas Populares próprias da sua idade. Ou tratar-se-á de um dado, na realidade, pouco importante?

Era esta dimensão desenvolvimental que desejávamos aqui sublinhar e mostrar como ela pode ser de grande auxílio, não apenas no uso do Rorschach com crianças, mas também no que pode proporcionar à análise e interpretação de protocolos de adultos. É claro que resta muito a fazer. Pensamos que se trata aqui de analisar atentamente as respostas, sobretudo na sua dimensão cognitiva, tal como Exner a entende, segundo as fases de processamento, mediação e ideação.

Nota: Desejo expressar aqui o meu agradecimento à Dra. Nina Prazeres pela leitura que fez deste texto e pelas suas sugestões que permitiram melhorá-lo apreciavelmente.

REFERÊNCIAS

- Beck, S. J. (1967) *Le Test de Rorschach Tome Premier* Tradução francesa de Didier Anzieu e Anne-Marie Touzard. Paris, P. U. F.
- Exner, J. E. (2003) *The Rorschach A Comprehensive System 4th Edition*. New Jersey, John Wiley & Sons, Inc..
- Exner, J. E. (2001) *A Rorschach Workbook for the Comprehensive System Fifth Edition*. Asheville, North Carolina, Rorschach Workshops.
- Exner, J. E., Weiner, I. B. (1995) *The Rorschach: A Comprehensive System Volume 3: Assessment of Children and Adolescents* 2nd Edition. New York, John Wiley & Sons, Inc.
- Fernandes, I. B. (1976/77) Contribuição para uma lista de respostas banais ao psicodiagnóstico de Rorschach. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, IVª Série, nº1*, 285-30.
- Meyer, G. J. (1999) I. The Utility of the Rorschach in clinical Psychology. *Psychological Assessment, 11* (3), 235-303.

- Meyer, G. J. (2001) II. The Utility of the Rorschach in clinical Psychology. *Psychological Assessment*, 13 (4), 419-505.
- Moreira, J. M. ((2004) *Questionários: Teoria e Prática*. Coimbra, Almedina.
- Pires, A. A. (1987) *O Teste de Rorschach na Avaliação Psicológica: Fundamentação, Validade e Estudo Normativo na População Portuguesa*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Silva, D. R. (1980/81/82) Análise dos Estudos sobre a Validade do Rorschach em Psicologia Clínica. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 17/18/19, 73-118.
- Silva, D. R., Novo, R., Prazeres, N. (1991) Serão os Dados Normativos do Rorschach Apresentados por Exner Válidos para a População Europeia? Ensaio com uma Amostra Portuguesa. *Revista Portuguesa de Psicologia*, 27, 13-27.5
- Silva, D. R. (2002) The Effect of Colour on Productivity on Card X of the Rorschach. *Rorschachiana Yearbook of the International Rorschach Society*, vol. 25, 123-138. Göttingen, Hogrefe & Huber Publishers.
- Silva, D. R. and Marques, L. G. (2003) *The Developmental Change of the Effect of Colour on the Rorschach R from Childhood to Adulthood*. Comunicação apresentada no 2003 Midwinter Meeting, March, San Francisco.